



## CARGO 4: CONTADOR – CLASSE A, PADRÃO I

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
**Começar já é metade de toda ação.**  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para o texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8 Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.

Aplicação 2014

PROVAS OBJETIVAS  
E DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ

#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS  
0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da legislação societária, julgue os itens subsequentes.

- 51 Na ausência de mercado ativo para um instrumento financeiro, o valor justo desse instrumento pode ser assumido como o valor que se obteria, em um mercado ativo, com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e riscos similares.
- 52 Os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda constituída no exercício devem ser deduzidos do resultado do exercício para fins de cálculo das participações estatutárias de empregados.
- 53 As demonstrações financeiras de companhias abertas — as quais devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários — deverão seguir as normas contábeis elaboradas em conformidade com os padrões internacionais adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

---

Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens a seguir.

- 54 O intangível gerado internamente somente deve ser reconhecido como ativo quando se encontrar na fase de desenvolvimento e a entidade que detiver o seu controle puder demonstrar uma série de aspectos exigidos pelo CPC, destinados a indicar que esse intangível é capaz de gerar benefícios econômicos futuros.
- 55 Em conformidade com o regime de competência, os gastos incorridos para a colocação de um ativo imobilizado recém-adquirido por uma entidade em local e condições que permitam o seu funcionamento de acordo com o planejado pela administração devem ser reconhecidos como despesas do período.

- 56 A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.
- 57 Para ser enquadrado na definição de ativo, um recurso precisa ser controlado pela entidade em decorrência de eventos passados e ser capaz de gerar benefícios econômicos futuros.
- 58 A integralização de capital em dinheiro pelos acionistas e a venda à vista de um item do ativo imobilizado são eventos que devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Julgue os seguintes itens, tendo como parâmetro os princípios contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- 59 O lucro bruto evidenciado na demonstração do resultado do exercício, representado pela diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas, é um exemplo da aplicação da simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas, a qual se constitui como um pressuposto do princípio da competência.
- 60 De acordo com o princípio da prudência, o contador deve utilizar certo grau de precaução nos julgamentos com vistas à realização de estimativas em condições de incerteza, de modo a evitar que ativos e receitas sejam subestimados e que passivos e despesas sejam superestimados.

---

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito dos critérios de avaliação de estoques de companhias abertas.

- 61 Uma empresa comercial adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda. O preço à vista dessas mercadorias, à época da transação, era de R\$ 200.000,00. Por se tratar de uma compra a prazo, a empresa adquirente acabou se comprometendo a pagar R\$ 210.000,00 pelas mercadorias. Nessa situação, conforme o regime de competência, o procedimento contábil correto a ser adotado pela adquirente para o registro contábil da diferença entre o preço à vista e o preço a prazo das mercadorias é reconhecer tal valor como despesa financeira durante o período do financiamento concedido pelo fornecedor.
- 62 Uma empresa comercial adquiriu, à vista, mercadorias para revenda por R\$ 1.200.000,00. Nesse valor estavam embutidos R\$ 155.000,00 de ICMS e R\$ 200.000,00 de IPI, mais o gasto adicional de R\$ 1.000,00 com frete e seguro de transporte das mercadorias adquiridas. Nessa situação, o custo de aquisição dessas mercadorias foi inferior a R\$ 1.000.000,00.

Julgue os próximos itens, acerca do ativo imobilizado de companhias abertas.

- 63 O valor contábil de um ativo imobilizado é o valor pelo qual ele é reconhecido na contabilidade, sendo deduzido da depreciação acumulada e da perda, também acumulada, por redução ao valor recuperável.
- 64 Uma companhia que detém o controle, os riscos e os benefícios de terrenos que estão sendo utilizados em suas operações deve reconhecê-los como ativos e classificá-los no ativo imobilizado. Se, no entanto, esses terrenos não tiverem uma destinação específica, a companhia deve classificá-los no ativo realizável a longo prazo.

---

Acerca das regras contábeis que envolvem ativos intangíveis de companhias abertas, julgue os itens que se seguem.

- 65 O reconhecimento inicial de um ativo intangível deve ser feito por meio de seu custo. Após esse reconhecimento inicial, e se não houver restrição por parte de lei ou norma legal regularmente estabelecida, a entidade pode optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação para atualizar o valor contábil desse ativo.
- 66 Ativos monetários identificáveis e sem substância física devem ser classificados contabilmente como ativos intangíveis.

---

Julgue os itens subsequentes, a respeito de passivos de companhias abertas.

- 67 Passivos monetários que apresentem juros implícitos embutidos no seu valor devem ser avaliados a valor presente por ocasião do seu reconhecimento inicial.
- 68 Uma eventual valorização do real frente ao dólar provocará o aumento do valor do passivo exigível de uma companhia que possui empréstimos a pagar em dólar e a consequente diminuição do resultado do período em que ocorreu essa valorização.
- 69 A diferença entre as contas provisão para imposto de renda e imposto de renda a pagar está em que a primeira representa um passivo de prazo ou valor incerto enquanto que a segunda consiste em um passivo que não contempla tal incerteza.

Em relação à utilização de custos para a tomada de decisão, julgue os itens subsecutivos.

70 Um aumento no valor dos custos fixos de uma empresa afeta tanto o seu ponto de equilíbrio contábil quanto a margem de contribuição unitária de seus produtos.

71 Se uma empresa apresenta grau de alavancagem operacional igual a três, então o seu lucro líquido cresce três vezes mais rápido que as suas vendas.

---

No que concerne a aplicação do método da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos realizados por companhias abertas, julgue os itens seguintes.

72 Um imóvel vendido pela investida para a investidora, por valor superior ao seu valor contábil, provoca a geração de resultados não realizados, os quais não devem ser computados no patrimônio líquido da investida para fins de cálculo do resultado da equivalência patrimonial na investidora.

73 Os dividendos declarados pela investida em favor da investidora provocam, na contabilidade da investidora, um registro a débito de uma conta patrimonial que representa o direito de receber os dividendos e a crédito de uma conta de resultado que representa o reconhecimento da receita gerada na transação.

Em 2/12/2013, uma empresa contraiu, junto a uma instituição financeira, empréstimo que deve ser integralmente pago em março de 2015, com juros de 2% ao mês.

Considerando essa situação, julgue os itens a seguir a respeito dos efeitos específicos da referida transação nos índices de liquidez e de endividamento da empresa na data em que lhe foi transferido o valor do empréstimo.

74 A relação capital de terceiros/capital próprio não sofreu alteração, ao passo que a participação das dívidas de curto prazo no endividamento total teve uma redução.

75 Os índices de liquidez corrente, seca e imediata aumentaram enquanto o índice de liquidez geral não sofreu majoração.

---

Com base nos princípios de contabilidade, sob a perspectiva do setor público, e na legislação federal referente à contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

76 O sistema de contabilidade federal passa por significativas alterações com vistas à implantação da contabilidade patrimonial no setor público, conforme previsto nas normas legais vigentes, que preveem o dever de o sistema de contabilidade federal evidenciar a situação financeira e patrimonial da União.

77 Sob o enfoque contábil patrimonial do setor público, devem-se classificar no ativo circulante as aplicações e os investimentos temporários com grau de liquidez definida em face do vencimento até o término do exercício seguinte.

78 De acordo com o princípio contábil da competência e com a Lei n.º 4.320/1964, a inscrição de despesa de serviços em restos a pagar reduz o patrimônio líquido, haja vista a ocorrência do fato gerador que dá suporte ao registro.

---

A respeito da composição do patrimônio público, do ativo, do passivo e das variações patrimoniais, julgue os itens que se seguem.

79 No balanço patrimonial da União, o saldo patrimonial corresponde à diferença entre o ativo real e o passivo real, sendo também igual ao patrimônio líquido, sob o enfoque patrimonial, conforme a estrutura do balanço definida no manual de contabilidade aplicada ao setor público, da Secretaria do Tesouro Nacional.

80 A amortização da dívida pública constitui uma variação patrimonial qualitativa, na medida em que corresponde a fato contábil permutativo da despesa de capital.

81 O registro contábil do recebimento de veículo doado à Polícia Federal corresponde a fato extraorçamentário, o qual é apresentado na demonstração das variações patrimoniais como variação patrimonial quantitativa.

82 O resultado patrimonial deficitário enseja que a soma das variações patrimoniais diminutivas com o déficit patrimonial do exercício seja igual às variações patrimoniais diminutivas.

83 Na composição do patrimônio público, as provisões, por constituírem contas de despesas ou retificadoras do ativo, envolvem certo grau de incerteza quanto ao seu valor e à data prevista de pagamento, sendo, por isso, excluídas do exigível de curto prazo.

Em relação a mensuração de ativos, reavaliação, teste de recuperabilidade, *impairment*, depreciação, amortização e exaustão, julgue os próximos itens.

84 Para a realização do teste de recuperabilidade de um ativo intangível, deve-se considerar que o seu valor recuperável advém da comparação entre o valor justo e o valor em uso, sendo, dos dois, o maior.

85 A amortização de ativo intangível, independentemente de sua vida útil, deve ser suspensa a partir do momento em que o bem for classificado como disponível para venda, voltando a ser depreciado normalmente se essa situação for revertida.

86 Segundo as normas contábeis em aplicação na União, na reavaliação de bens do ativo imobilizado deve-se comparar o valor contábil líquido da depreciação com o valor reavaliado para que se faça a atualização, de que pode decorrer ganho ou perda em função do ajuste.

87 Os valores de bens registrados no ativo imobilizado ou intangível podem ser aumentados em função de reavaliação ou de teste de *impairment*.

Em relação à mensuração de passivos, provisões, tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições e sistemas de custos, julgue os itens subsecutivos.

- 88** A receita tributária deve ser reconhecida em função da ocorrência do fato gerador, diante do que, caso uma entidade receba recursos antes da ocorrência de um evento tributável, registra-se uma variação patrimonial aumentativa.
- 89** A Lei de Responsabilidade Fiscal, além de estabelecer que a administração pública deva manter sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão, fixa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a incumbência de tratar das normas específicas para o controle dos custos dos serviços públicos prestados conforme previsão orçamentária.
- 90** O objeto de custo do setor público corresponde a determinada unidade para a qual se deve fazer a alocação e mensuração de custos, como, por exemplo, um programa do governo para a modernização da Polícia Federal.
- 91** As provisões e os passivos contingentes devem ser reconhecidos e registrados pela contabilidade, uma vez que, apesar de serem resultantes de eventos passados, constituem obrigações presentes, sendo provável a saída de recursos a fim de liquidar a obrigação no futuro.

No que se refere ao plano de contas aplicado ao setor público e às demonstrações contábeis do setor público, julgue os próximos itens.

- 92** Na demonstração das mutações do patrimônio líquido, a conta ajustes de exercícios anteriores, a qual se destina a corrigir erro imputável a exercício, integra a conta resultados acumulados, esta também evidenciada no patrimônio líquido, no balanço patrimonial.
- 93** No plano de contas aplicado ao setor público, as contas de execução da receita e da despesa estão segregadas em classes de contas distintas, de natureza credora e devedora, respectivamente.
- 94** No balanço orçamentário evidencia-se o montante referente à reabertura de créditos suplementares e especiais reabertos no exercício, sob o título de saldo de exercícios anteriores.
- 95** O superávit patrimonial do exercício, apurado na demonstração das variações patrimoniais, somado ao patrimônio líquido do exercício anterior perfaz o total do patrimônio líquido do exercício corrente, o qual fica evidenciado no balanço patrimonial.
- 96** Os pagamentos de juros e encargos das dívidas interna e externa são considerados como desembolsos no fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Com relação a consolidação das demonstrações contábeis, a transações no setor público, à Conta Única do Tesouro, ao SIAFI e a regime contábil, julgue os itens seguintes.

- 97** No momento da concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada e liquidada, de que decorre a saída dos recursos da Conta Única do Tesouro, gerando-se o registro de uma variação patrimonial diminutiva.
- 98** Qualquer recebimento de dívida ativa tributária ou não tributária será registrada no SIAFI como receita orçamentária, o que gera uma variação patrimonial aumentativa em função do regime contábil da competência.
- 99** No processo de consolidação das contas públicas, a demonstração das mutações no patrimônio líquido será obrigatoriamente elaborada por ente incorporador de empresa estatal dependente.
- 100** O gasto com a aquisição de *software* deve ser classificado como despesa de capital e deve ser registrado no ativo intangível ou imobilizado.

A respeito de tributos, julgue os itens que se seguem.

**101** Em virtude da imunidade tributária recíproca dos entes da Federação, os pagamentos efetuados por prefeitura municipal a empresa, em decorrência da prestação de serviço de coleta de lixo, não estão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte.

**102** Suponha que determinada lei tenha instituído norma reservando privativamente à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o direito de fiscalizar as empresas aéreas em operação no país. Nessa situação, a regra criada não tem efeito sobre a competência das autoridades tributárias de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais das referidas empresas aéreas.

Acerca das contribuições sociais e do imposto sobre serviços (ISS), julgue os itens a seguir.

**103** Considere que determinado órgão público da administração direta tenha assinado contrato com cooperativa de trabalho para a realização dos serviços de vigilância. Nessa situação, a cooperativa contratada ficará responsável pelo desconto na remuneração repassada ou creditada da contribuição previdenciária correspondente a contribuintes individuais.

**104** Suponha que determinado órgão público tenha efetuado pagamento a pessoa jurídica de direito privado a título de remuneração pela licença de uso, necessário à sua atividade fim, de programa de computador, sem previsão para a prestação de serviços de suporte técnico. Nessa situação, o órgão público pagador está dispensado de fazer a retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

**105** O regime monofásico de tributação da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) consiste em um método de apuração em que o tributo é exigido por inteiro sempre que ocorre a hipótese de incidência, não havendo a possibilidade de crédito sobre os valores pagos em operações anteriores.

**106** Suponha que determinado órgão público tenha assinado contrato, a preço determinado, com pessoa jurídica de direito privado, para o fornecimento de serviço de bufê em cerimônias oficiais. Nessa situação, o pagamento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) deverá ser efetuado no momento em que a despesa for regularmente empenhada.

**107** Se determinada empresa privada obtiver permissão ou concessão para a exploração econômica de rodovia federal, ela será obrigada ao pagamento do ISS incidente sobre os serviços de conservação de vias públicas e devido aos municípios incluídos no curso da rodovia.

No que se refere à legislação básica sobre tributos e contribuições, julgue os itens subsequentes.

**108** Considere que determinada fundação mantida pelo poder público tenha contratado a prestação de serviços de instalação de andaimes em seu edifício principal. Considere, ainda, que o domicílio do prestador do serviço localize-se em município diverso daquele da sede da fundação. Nessa situação, prevalecerá como local para o pagamento do ISS o domicílio do prestador do serviço.

**109** O servidor contratado pela União ou por qualquer uma de suas autarquias ou fundações de direito público deve ser considerado segurado empregado da contribuição previdenciária, ainda que seu contrato de trabalho seja por tempo determinado, para atender a necessidade temporária.

**110** Suponha que determinado servidor público tenha recebido suprimento de fundos para o pagamento de serviço por meio do cartão de pagamento do governo federal (CPGF) e que o serviço prestado esteja sujeito à tributação do imposto de renda e das contribuições sociais. Nessa situação, a retenção na fonte será efetuada pela entidade pagadora sobre o total a ser pago ao prestador do serviço, devendo o pagamento com o CPGF ser realizado pelo valor líquido.

Considerando que uma pessoa tenha aplicado um capital pelo período de 10 anos e que, ao final do período, ela tenha obtido o montante de R\$ 20.000,00, julgue os itens a seguir.

- 111 Se o montante resultou da aplicação de um capital inicial à taxa mensal de juros simples de 0,5%, então o capital inicial era superior a R\$ 10.000,00.
- 112 Considere que, com parte do montante, o aplicador tenha comprado um bem e aplicado o restante por 4 meses, à taxa mensal de juros compostos de 7% e recebido R\$ 10.480,00 ao final desses 4 meses. Nessa situação, considerando 1,31 como valor aproximado para  $1,07^4$ , o bem custou mais de R\$ 11.500,00.
- 113 Se o montante for depositado, por um mês, em uma conta que remunera os valores depositados à taxa de juros compostos de 3% ao mês e se a inflação nesse mês for de 1%, então o ganho real nesse mês será superior a R\$ 400,00.
- 114 Se o montante corresponder a 125% de uma dívida do aplicador em questão, então o valor dessa dívida será superior a R\$ 15.000,00.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética a respeito de sistemas de amortização, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 115 Em uma negociação, ficou acertado o pagamento de R\$ 40.000,00 em 8 prestações, mensais e consecutivas, à taxa de juros de 5% ao mês; a primeira prestação será paga 1 mês após o acerto e o regime combinado foi o sistema de amortização constante (SAC). Nessa situação, o valor da terceira prestação será superior a R\$ 6.800,00.
- 116 Um empréstimo de R\$ 20.000,00, pelo sistema Price, será amortizado em 4 prestações mensais, consecutivas e iguais, de R\$ 5.509,80; a primeira será paga um mês após a tomada do empréstimo. Nessa situação, se a taxa de juros compostos cobrados na operação for de 48% ao ano, então, após o pagamento da segunda prestação, o saldo devedor será superior a R\$ 10.000,00.

Cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de rendas ou anuidades.

- 117 Na venda de um veículo que custa R\$ 40.000,00, uma concessionária ofereceu ao cliente as seguintes opções de pagamento:
- I à vista, com 12,5% de desconto;
- II em 4 parcelas mensais, iguais e consecutivas, de R\$ 10.000,00, à taxa de juros de 10% ao mês; a primeira deve ser paga no ato da compra.
- Nesse caso, considerando 0,91, 0,83 e 0,75 valores aproximados para  $1,1^{-1}$ ,  $1,1^{-2}$  e  $1,1^{-3}$ , respectivamente, a opção II será a mais vantajosa para o cliente.

- 118 Um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 deve ser quitado em 2 prestações anuais, consecutivas e iguais, de R\$ 90.000,00; a primeira deverá ser paga um ano após a tomada do empréstimo. Nesse caso, se a inflação em cada um desses dois anos for de 20%, o custo efetivo desse empréstimo será superior a 27% ao ano.

Para adquirir um imóvel, Arnaldo deposita R\$ 2.000,00, mensalmente, em uma conta que remunera os depósitos à taxa de juros compostos mensais  $i$ . Considerando que os depósitos sejam realizados sempre na mesma data e assumindo 1,172 como valor aproximado para  $1,02^8$ , julgue os itens seguintes.

- 119 Se  $i$  for igual a 2%, então, no momento do oitavo depósito, o montante na conta será inferior a R\$ 17.000,00.
- 120 Suponha que os 23 primeiros depósitos tenham sido feitos regularmente e que, no momento do 24.º depósito, Arnaldo tenha feito uma retirada, de modo que a taxa interna de retorno do fluxo de caixa dessa conta nesse período fosse de 2% ao mês. Nesse caso, considerando 1,61 como valor aproximado para  $1,172^3$ , a retirada foi superior a R\$ 58.000,00.



## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **13 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A formação de grupos econômicos tem se revelado uma tendência no cenário econômico brasileiro e mundial. Tal fato é motivado principalmente pela necessidade de maximização do lucro, de melhoria da produtividade e de redução de custos, com vistas a tentar garantir uma posição de maior destaque, por parte de cada uma das empresas que compõem o grupo, em um mercado que se revela cada vez mais competitivo. Existe um grupo econômico quando duas ou mais empresas, mesmo que cada uma delas tenha personalidade jurídica própria, se encontram sob a direção, o controle ou a administração de outra entidade. A contabilidade tem entendido o grupo econômico como uma entidade contábil específica, tendo definido regras próprias para a elaboração de demonstrações financeiras que revelem a situação econômico-financeira do grupo econômico como um todo, por meio de um processo conhecido por consolidação. Nesse sentido, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), responsável no Brasil pela elaboração de normas em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade, publicou o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, voltado especificamente para o tema.

Considerando o estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, redija um texto dissertativo acerca dos procedimentos contábeis voltados para a apresentação e a elaboração de demonstrações consolidadas. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes pontos:

- ▶ caso em que ocorre o controle da investida pelo investidor, atributos que definem o controle de uma entidade sobre outra e circunstância característica da existência de controle conjunto; [valor: 3,50 pontos]
- ▶ procedimentos contábeis a serem adotados na consolidação, inclusive em relação aos resultados não realizados e à aplicação de políticas contábeis de forma geral; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ tratamento contábil a ser adotado em relação à participação de não controladores. [valor: 3,00 pontos]

### PADRÃO DE RESPOSTA

O CPC 36, nos seus itens 6 e 7, considera que o investidor controla a investida quando está exposto a (ou tem direitos sobre) retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Assim, os atributos para a definição de controle são os seguintes: (i) poder sobre a investida (direitos que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. Ressalte-se que todos os fatos e as circunstâncias devem ser considerados para se avaliar se um investidor controla a investida. O controle conjunto se dá quando dois ou mais investidores têm que agir em conjunto para dirigir as atividades relevantes da investida. Nessa circunstância, como nenhum investidor tem a possibilidade de dirigir as atividades sem a cooperação dos demais investidores, nenhum deles controla individualmente a investida.

De acordo com o item B36 do CPC 36, os procedimentos contábeis a serem adotados na consolidação são os seguintes: (i) combinar itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas; (ii) compensar (eliminar) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada; e (iii) eliminar integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo (resultados decorrentes de transações intragrupo que sejam reconhecidos em ativos, tais como estoques e ativos fixos conhecidos como resultados não realizados, são eliminados integralmente).

Com relação às políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações consolidadas, o CPC determina a utilização de práticas contábeis uniformes para transações similares e outros eventos em circunstâncias similares. Nesse sentido, de acordo com o item B87, do CPC 36, "se um membro do grupo utilizar políticas contábeis diferentes daquelas adotadas nas demonstrações consolidadas para transações similares e eventos em circunstâncias similares, devem ser feitos ajustes apropriados às demonstrações contábeis desse membro do grupo na elaboração das demonstrações consolidadas para garantir a conformidade com as políticas contábeis do grupo".

No que se refere ao tratamento a ser dispensado à participação de não controladores, dois aspectos merecem destaque.

O primeiro diz respeito ao item B94 do CPC 36, que estabelece o seguinte: "a entidade deve atribuir os lucros e os prejuízos e cada componente de outros resultados abrangentes aos proprietários da controladora e às participações de não controladores". A entidade deve atribuir também o resultado abrangente total aos proprietários da controladora e às participações de não controladores, ainda que isto resulte em que as participações de não controladores tenham saldo deficitário.

Outro aspecto relevante trata da apresentação da participação de não controladores no balanço patrimonial. Nesse sentido, o item 22 do CPC 36 reza o seguinte: "uma controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora".